

A democracia no *Ensaio sobre a lucidez*, de José Saramago

Rosani Ketzer Umbach¹

Deivis Jhones Garlet²

Lucas da Cunha Zamberlan³

RESUMO: Este trabalho pretende analisar a democracia na obra *Ensaio sobre a lucidez*, de José Saramago. Partindo de um paradigma de estreita correlação entre o estético e o extraestético, refletimos acerca da relação entre forma e conteúdo na narrativa, de maneira a evidenciar um princípio estrutural dialético, o qual viabiliza um postulado democrático, que assume um posicionamento axiológico específico no interior do universo ficcional e, dialeticamente, em retorno com a realidade concreta.

ABSTRACT: This paper discusses democracy in the work *Ensaio sobre a lucidez*, by José Saramago. Starting from a paradigm of close correlation between the aesthetic and the extraesthetic, we reflect on the relationship between form and content in the narrative in order to show a dialectical structural principle, which enables a democratic principle, which assumes a specific axiological position within the fictional universe and, dialectically, in return with the concrete reality.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; democracia; dialética, axiológico.

KEYWORDS: Literature; democracy; dialectic; axiological.

Ao tomarmos como paradigma para o estudo da literatura uma postura dialógica, precisamos, necessariamente, conceder voz ao objeto de pesquisa. Desse modo, iniciemos nossa reflexão *in media res*, concedendo a palavra para a personagem “primeiro-ministro”, integrante do universo ficcional de *Ensaio sobre a lucidez*, (2004) nosso objeto de estudo:

O Governo, reconhecendo que a votação de hoje veio confirmar, agravando-a, a tendência verificada no passado domingo e estando unanimemente de acordo sobre a necessidade de uma séria investigação das causas primeiras e últimas de tão *desconcertantes resultados*, considera, após ter consultado com sua excelência o chefe do estado, que a sua legitimidade para continuar em funções não foi posta em causa, não só porque a eleição agora concluída foi apenas local, mas igualmente porque reivindica e assume como sua imperiosa e urgente obrigação apurar até as últimas consequências os *anómalos acontecimentos* de que fomos, durante a última semana, além de atónitas testemunhas, temerários actores, e se, com o mais profundo pesar, pronuncio esta palavra, é porque aqueles votos em branco, que vieram desferir um *golpe contra a normalidade democrática* em que decorria a nossa vida pessoal e colectiva, não caíram das nuvens nem subiram das entranhas da terra, estiveram no bolso de oitenta e três em cada cem eleitores desta cidade, os quais, por sua própria, *mas não*

¹ Doutora – Título da pesquisa: Narrativas pós-ditatoriais: a reconstrução do sujeito por meio da escritura.

² Doutorando – Título da pesquisa: O romance dialético em José Saramago.

³ Doutorando – Título da pesquisa: A intermedialidade em Pathé Baby.

patriótica mão, os depuseram nas urnas. Outro gole de água, este mais necessário porque a boca se lhe tinha secado de repente, É tempo ainda de *emendar o erro*, não por meio de uma nova eleição, que no actual estado de coisas poderia ser, a mais de inútil, contraproducente, mas através do rigoroso exame de consciência a que, desde esta tribuna pública, convoco os habitantes da capital, todos eles, a uns para que melhor possam proteger-se da terrível ameaça que paira sobre suas cabeças, aos outros, sejam eles culpados, sejam eles inocentes de intenção, para que se corrijam da *maldade a que se deixaram arrastar* sabe-se lá por quem, sob pena de se converterem no alvo directo das sanções previstas no estado de excepção cuja declaração, após consulta, amanhã mesmo, ao parlamento, para esse efeito reunido em sessão extraordinária, e obtida, como se espera, a sua unânime aprovação, o governo vai solicitar a sua excelência o chefe do estado. (SARAMAGO, 2004, p. 35-36, grifo nosso)

Em uma primeira reflexão analítica, percebemos que a estrutura diegética apresenta como característica a indeterminação, tanto das personagens – que não recebem nomes próprios e são identificadas pela sua função social, a exemplo do “primeiro-ministro” – quanto do locativo, pois o país e sua capital tampouco são conhecidos. Além disso, a pontuação obedece a um método de aproximação com a oralidade, formando, no conjunto com os demais recursos de estilo elencados, uma narrativa próxima de uma tradição estética pós-moderna. Soma-se a isso a participação de um narrador impessoal, na primeira pessoa do plural, com dirimida função diegética, que se apresenta mais comentarista e irônico na maior parte de suas intervenções. Segundo Seixo (1999, p. 99), ao analisar o *Ensaio sobre a cegueira*, em uma afirmação que podemos aproximar ao *Ensaio sobre a lucidez*, o texto saramaguiano é “... escrito numa linguagem enxuta e seca, de extrema sobriedade criativa (...) mantendo embora o seu estilo de pontuação e de cadência oralizada, e trabalhando o ponto de vista narrativo com a maleabilidade irônica que lhe é habitual.” Em palavras similares, Perrone-Moisés (1998) identifica, na obra de José Saramago, ao menos desde o *Ensaio sobre a cegueira*, um estilo particular, com a supressão parcial de sinais convencionais de pontuação, aproximando sua prosa da oralidade. Além disso, a pesquisadora salienta que a escrita do autor despojou-se de experimentalismos e rebuscamentos, primando pela clareza, precisão e simplicidade, o que ela qualifica como ressimplicação da linguagem.

Quanto ao conteúdo da narrativa, sabemos que 83% dos eleitores da capital votaram em branco, mas o governo vê nessa atitude um golpe à normalidade democrática (notem-se as expressões em itálico no excerto) e faz terríveis ameaças à população (expressões grifadas), incluindo o decreto do estado de exceção. Nesse excerto, fica patente um relacionamento tenso entre os governantes e os governados, no qual o governo reage com incompreensão e autoritarismo recrudescente à ação cidadã

dos habitantes da capital: o voto em branco. Essa relação tensa, longe de se esgotar com um desenlace que tudo explica, permeia toda a narrativa em um constante devir, tanto na totalidade dos capítulos, quanto no interior deles, instalando um movimento dialético que estrutura a ficção em estudo. Desse modo, unindo elementos de indeterminação formal a elementos extraestéticos comuns a maior parte dos países de cultura ocidental na atualidade – especificamente o regime político da democracia – a narrativa solicita do investigador uma leitura explicativa sob a perspectiva sociológica, na qual o extraestético é estetizado. Em outras palavras, “o externo se torna interno” (CANDIDO, 2010, p. 17).

Nossa proposta de investigação consiste em analisar o objeto nos parâmetros da crítica social – em especial com os conceitos de meio ideológico, de reflexo e de refração pertinentes ao Círculo de Bakhtin – articulando o estudo da especificidade da literatura com teorias e conceitos inerentes à história e à ciência política. Esse percurso será realizado de modo interdisciplinar e também tomará como base o âmbito da literatura comparada, conforme podemos ler em Remak (1994). Com uma postura dialógica, pretendemos apresentar uma análise que focaliza a estrutura narrativa em sua dinâmica dialética, constituindo um devir repleto de tensões entre governantes e governados, de modo a percebermos o lugar da democracia na obra literária e, em retorno, no contexto material com um posicionamento axiológico específico.

Considerando a obra artística como um objeto-signo portador de carga axiológica, potencialmente ideológica, que interage reciprocamente com o contexto de produção, entendemos que o escritor, imerso em determinado meio ideológico, opera, seletivamente, no ato estético, um reflexo e uma refração de reflexos e refrações que o circundam, transformando-os e criando a realidade da ficção em conexão com a realidade concreta da vida dos homens. Essa reflexão não nos é original, mas apreendida em Candido (2010), Bakhtin (2012) e Medviédev (2012). Dada a importância do meio ideológico, recorreremos ao conceito:

O homem social está rodeado de fenômenos ideológicos, de *objetos-signo* dos mais diversos tipos e categorias: de palavras realizadas nas suas mais diversas formas, pronunciadas, escritas e outras; de afirmações científicas; de símbolos crenças religiosas; de obras de arte, e assim por diante. Tudo isso em seu conjunto constitui o meio ideológico que envolve o homem por todos os lados em um círculo denso. Precisamente nesse meio vive e se desenvolve sua consciência. A consciência humana não toca a existência diretamente, mas através do mundo ideológico que a rodeia. (MEDVIÉDEV, 2012, p. 56, grifo do autor)

Trabalhando, pois, com os produtos ideológicos que o cercam – extraestéticos –, o escritor opera, no ato estético, um reflexo e uma refração da realidade concreta, ou seja, os elementos do contexto material são transmutados para a realidade da obra artística com uma independência de funcionamento, ora confirmando a realidade extraestética, ora refutando-a.

Em nossa avaliação, o objeto do presente estudo pode ser analisado com esses pressupostos, afinal o tema é justamente a relação entre governantes e governados em um país cuja constituição política é uma república parlamentarista com um regime democrático, conforme podemos ler no excerto literário apresentado anteriormente (há um primeiro-ministro, chefe do governo, um parlamento e um chefe de estado, o presidente).

De fato, a tensa relação entre governo e sociedade é constituinte de toda a narrativa, assegurando o movimento de uma cena para outra, de uma ação para outra, ou, de modo um tanto mais saliente, de um estado inicial, ao qual se contrapõe uma situação antagônica, para um estado sintético. Este, por sua vez, já encerra elementos para um novo contraste, carregando resíduos das situações anteriores, e assim sucessivamente, em um constante devir. Esta estrutura da obra nos permite pensar em uma dinâmica dialética como princípio estético que arquiteta a narrativa. Evidentemente, estamos raciocinando em acordo com uma dialética no âmbito marxista, reconhecendo, todavia, que o conceito já é esboçado desde a antiguidade clássica. A dialética materialista, ou marxista, enquanto método de análise da realidade concreta é apresentada por Marx em *Introdução à crítica da economia política*, de 1857, na qual opera-se a célebre inversão da dialética hegeliana, sem, contudo, negar-lhe a importância. Para este estudo, importa frisar a dialética como método de explicação da realidade, sendo que ela também é permanentemente móvel e repleta de contradições que criam tensões e transformações. Segundo Kosik:

Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e, que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade... (KOSIK, 1986, p. 36)

Parece-nos este o caso da narrativa em apreço, ou seja, a concepção de uma realidade ficcional como totalidade concreta, com a representação estética de uma seção

tematizada: a política – sobretudo a relação entre governantes e governados – mediada pelas concepções de democracia e autoritarismo. Não se trata de uma relação harmoniosa, estável e imutável, mas exatamente o contrário. O que queremos enfatizar é a simetria da arquitetura narrativa – em nosso entendimento caracterizada por um princípio estruturante dialético, como tentaremos demonstrar em seguida – e da democracia enquanto princípio político. Dialética e democracia apresentam uma consonância na concepção de necessidade – e não contingência –, de contradição, de dissenso – para um permanente estado de transformação –, e de dinâmica. Eliminando-se a contradição, elimina-se a dialética e também a democracia.

Ao pensarmos a arquitetura narrativa regida por um princípio dialético, tomamos por base a concepção mais elementar deste, apontando, contudo, uma possibilidade de expansão da abstração teórica em relação à narrativa por meio de método dialético⁴. Assim, sedimentamos nossa análise na concepção de dialética que afirma:

... o ponto de partida é a tese, a proposição positiva; essa proposição se nega ou se transforma em sua contrária – a proposição que nega a primeira é a antítese e constitui a segunda fase do processo; quando a segunda proposição, antítese, é, por sua vez, negada, obtém-se a terceira proposição ou síntese... (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 102)

Tomando essa exposição de dialética por modelo e aproximando-o da narrativa, podemos, para este estudo, considerar uma numeração das partes que compõem a obra, sendo 19 os capítulos que – embora não sejam numerados pelo autor – podem ser nitidamente demarcados tipograficamente.

Do capítulo I ao V, temos a descrição de uma eleição municipal, dentro da normalidade democrática, com o resultado de 83% de votos em branco. O governo reage de maneira autoritária e decreta o estado de exceção, suspendendo as garantias constitucionais e desprezando a vontade da maioria, expressa no voto em branco. Ao estado de exceção, a população da capital reage de forma cidadã, afirmando que o voto em branco é legal e legítimo, posto que previsto na Carta magna. Mas ainda assim, o governo exacerba seu traço autoritário e impõe o estado de sítio. Desse modo, nesse

⁴ Em nosso estudo, foi necessária uma delimitação da dialética marxista, enfatizando a exposição do esquema estrutural do pensamento dialético: tese – antítese – síntese, com o intuito de verificar se tal esquema constitui a base arquitetural da narrativa, constituindo-se então em seu princípio estético. No entanto, salientamos a possibilidade e necessidade de um estudo mais abrangente com as demais problematizações e categorias constitutivas do método dialético.

primeiro conjunto, obtemos a seguinte equação: Tese (a): normalidade democrática, *versus* antítese (b): 83% de votos em branco = síntese (ab): governo decreta o estado de exceção. Assim o movimento prossegue e a síntese se torna nova tese: Tese (ab), *versus* antítese (c): reação cidadã dos habitantes da capital = síntese (abc): governo impõe o estado de sítio. Ou, simplesmente: $a \times b = ab \times c = abc$. Utilizemos este sistema de indicação com as letras do alfabeto nas partes subsequentes.

Do capítulo VI ao IX, é representada principalmente a cidade, com os seus “brancos”, sem governo, pois este se retira juntamente aos aparelhos de estado. De um lado, (a) o desejo do governo de que ocorram violências, caos e a população peça a volta do mesmo, *versus* (b) a atitude solidária, pacífica e organizada dos cidadãos, que evitam o caos = (ab) reação do governo, que tenta sabotar o funcionamento da cidade por meio de medidas terroristas, como a instalação de uma bomba no metrô, a qual faz 23 vítimas fatais. Na nossa equação: $a \times b = ab$.

Nos capítulos X e XI, o foco narrativo volta-se para as reuniões entre os membros do governo, nas quais diversas propostas são aventadas para acabar com os “brancos”, mas há divergências entre os representantes. O episódio da cegueira branca é lembrado, em uma relação transtextual⁵ com o *Ensaio sobre a cegueira*. Os membros do governo se dividem, (a) a maioria sustentando que é preciso mostrar aos habitantes da capital que, tal como quatro anos antes, estavam agora novamente cegos por terem votado em branco; e alguns poucos (b) sustentando que talvez o fenômeno do voto em branco seja a mais perfeita manifestação de lucidez. O resultado de tal reunião é (ab) o governo decide lançar uma campanha de propaganda sobre a capital, para que percebam o erro que estão a cometer. Então, novamente, o movimento é de $a \times b = ab$.

Finalmente, nos capítulos XII ao XIX, o governo decide (a) infiltrar agentes policiais na capital sitiada, com a finalidade de provarem que a personagem “mulher do médico”, a qual uma carta ao governo a denuncia de ter assassinado um homem no passado da “cegueira branca”, é a líder do movimento do voto em branco. A personagem “comissário de polícia”, no entanto, (b) não encontra tais provas e (ab) se nega a forjá-las, como desejava o governo. Contra essa atitude do comissário, o governo leva o autoritarismo ao paroxismo: (c) manda assassinar o “comissário de polícia” e a “mulher do médico”. A narrativa termina nesta altura, mas podemos entrever a continuidade do movimento: um (abc) relativo à reação dos habitantes da capital, porém indeterminado. Temos, então: $a \times b = ab \times c = abc$ não especificado, abrindo-se para

⁵ Consideramos o conceito de transtextualidade a partir da definição de Genette (2010, p. 11) como “tudo que o coloca [o texto] em relação, manifesta ou secreta, com outros textos”.

uma relação de conformidade com a estrutura, ou seja, um devir semântico não explicitado.

A arquitetura estrutural da narrativa comporta, portanto, um movimento constante e essencialmente dialético, inclusive no interior de cada capítulo, análise que por ora nos escusamos em razão da brevidade deste estudo, mas com o mérito da proposição indicativa de tal possibilidade. Mesmo podendo-se entrever a relação governantes *versus* governados na exposição argumentativa acima, nossa apreciação teórica ficaria incompleta se prescindisse de um diálogo com o objeto em relação a seu conteúdo. Há, de um lado, a ação pacífica, cidadã e democrática dos habitantes da capital, e, de outro, a reação sempre autoritária dos governantes. No universo ficcional da obra há uma crítica social imanente, que, para ser melhor identificada, precisa ser vista a partir de conceitos de outras áreas do saber, como a ciência política.

Inegavelmente, o país da narrativa vive dentro dos limites de uma democracia formal e representativa, definida, minimamente, da seguinte forma:

Pois bem, no jogo político democrático – e por sistema democrático entenda-se justamente um sistema cuja legitimidade depende do consenso que se verifica periodicamente através de eleições livres por sufrágio universal –, os atores principais estão dados, e são os partidos (...); também está dado o modo principal de fazer política para a imensa maioria dos componentes da comunidade nacional: as eleições. Disto não se escapa. (BOBBIO, 2000, p. 80)

A realidade da narrativa reflete e refrata a realidade concreta do meio ideológico da maior parte dos países do ocidente no século atual, especialmente em se tratando da democracia formal e representativa. Há eleições livres e periódicas, concorrência entre partidos, liberdade de escolha de representantes para ocupar a câmara municipal. O primeiro capítulo ocupa-se, justamente, de representar o dia das eleições na seção eleitoral número 14:

... Teria sido preferível adiar as eleições, disse o delegado do partido do meio, p.d.m., desde ontem que está a chover sem parar, há derrubamentos e inundações por toda parte, a abstenção, desta vez, vai subir em flecha. O delegado do partido da direita, p.d.d., fez um gesto concordante com a cabeça (...) viraram-se para o delegado do partido da esquerda, p.d.e., curiosos de saber que espécie de opinião seria ele capaz de produzir. (SARAMAGO, 2004, p. 10)

Nesse cenário de normalidade democrática, em termos formais e de representação política, os eleitores votam maciçamente em branco. O governo reage de maneira intransigente, e considera o resultado do pleito uma ameaça grave à segurança nacional e à democracia, impondo o estado de exceção e o estado de sítio:

Impunha-se, por conseguinte, a imposição de um estado de sítio a sério, que não fosse uma coisa para inglês ver, com recolher obrigatório, encerramento das salas de espetáculo, patrulhamento intensivo das ruas por forças militares, proibição de ajuntamentos de mais de cinco pessoas, interdição absoluta de entradas e saídas da cidade, procedendo-se em simultâneo ao levantamento das medidas restritivas, se bem que muito menos rigorosas, ainda em vigor no resto do país, a fim de que a diferença de tratamento, por ostensiva, tornasse mais pesada e explícita a humilhação que se infligiria à capital. (SARAMAGO, 2004, p. 59-60)

Na narrativa, a reação do governo diante do manifesto cidadão do voto em branco é de cunho autoritário e antidemocrático. Ao decretar o estado de sítio, opera uma deformação na democracia em todos os sentidos, tornando o exercício do poder autoritário e cerceador das liberdades. Segundo Agamben (2004, p. 12), que aproxima estado de exceção e estado de sítio como essencialmente autoritários, o estado de exceção “... é a resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos”. A questão problemática consiste que, na arquitetura narrativa, o conflito extremo não existe, porquanto consideremos que a população da capital agiu na jurisdição da legalidade democrática e, portanto, a instauração do estado de sítio é um ato de retaliação de feição autoritária. Ainda segundo Agamben (2004, p. 13), “O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”. Em palavras semelhantes, o estado de exceção ou de sítio, ao suspender a ordem jurídica vigente, ao revogar os direitos dos cidadãos, ao concentrar os poderes no executivo – figura da personagem “primeiro-ministro” – torna-se antidemocrático. Caso o considerarmos como uma prerrogativa do governo expressa ou não em lei, ele está nos limites de uma legalidade, ainda que indeterminada, ou como afirma Agamben (2004, p. 78), “... o estado de exceção não é uma ditadura (...), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas (...) estão desativadas”.

A incompreensão por parte do governo (ou a recusa de compreendê-lo) em relação ao voto em branco, que é elemento das regras de uma democracia em sentido formal e representativo, fica patente em suas ações e diálogos de reuniões. A maciça votação em branco, em um regime democrático representativo, não implica uma crítica às regras do jogo, mas à substância da representação. É uma manifestação – lúcida – de inconformismo, de discordância em relação à classe política, às suas ações e rotatividade sem modificações substanciais a cada nova eleição. A classe política não satisfaz as necessidades da população, que passa a compreender as eleições como um

mero ritual, no qual mudarão os nomes dos governantes, mudará o partido no poder político, mas a satisfação das necessidades sociais e as transformações significativas continuarão a não ocorrer. Portanto, não se atinge a democracia em sentido substancial, especialmente o primado da igualdade social e econômica. A diferenciação entre democracia formal e substancial, segundo Bobbio (1987, p. 157), é percebida pela “... distinção entre democracia formal, que diz respeito precisamente à forma de governo, e democracia substancial, que diz respeito ao conteúdo desta forma.”. Evidentemente, a narrativa enfatiza a existência da forma democrática e a inexistência de conteúdo, o que resulta no voto em branco, justificado pelos cidadãos da capital sitiada:

Alguns sugeriam que fosse um grupo falar com o presidente da câmara municipal, oferecer leal colaboração, explicar que as intenções das pessoas que haviam votado em branco não eram deitar abaixo o sistema e tomar o poder, que aliás não saberiam que fazer depois com ele, que se haviam votado como votaram era porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava... (SARAMAGO, 2004, p. 101)

É possível observar que a desilusão da população é dada pelo conteúdo da democracia, das decisões dos governantes e de sua circulação no poder, uma vez que estes não atendem os interesses da coletividade. Não é a democracia, enquanto forma política, a responsável por essa desilusão. É preciso destacar que os cidadãos não almejam a tomada do poder, tampouco a deposição do regime democrático, mas uma democracia em que os representantes comprometam-se com uma ação política ética. Nesse sentido, a narrativa incorpora elementos extraestéticos, como o sistema democrático vigente em diversos países do ocidente, e uma percepção axiológica de que o problema não reside no regime político, mas no homem, no político ou, se preferirmos, na classe política. É um sentimento captado no meio ideológico e transposto, ou seja, refratado, de forma estetizada, para o plano ficcional. Ambos, no entanto, em retumbante crítica à classe política.

A dialética “autoritarismo” *versus* “democracia” prossegue com as ideias e as ações do governo, e com a resposta dos cidadãos da capital sitiada. Ao retirar-se da cidade, juntamente aos aparatos de controle e manutenção da ordem social, o governo espera que ocorram violências, desordens, crimes de toda espécie que motivem os habitantes a reconhecerem o erro de votar em branco, e assim, quer que a população peça o regresso das autoridades. Na voz da personagem “primeiro-ministro”:

... senhor presidente, isolar a população, deixá-los cozer a fogo lento, mais cedo ou mais tarde é inevitável que comecem a dar-se conflitos,

os choques de interesses irão suceder-se, a vida tornar-se-á cada vez mais difícil, em pouco tempo o lixo invadirá as ruas, imagine, senhor presidente, o que será tudo isto se as chuvas voltarem, e, tão certo como eu ser primeiro-ministro, haverá graves problemas no abastecimento e distribuição de alimentos, nós nos encarregaremos de os criar se assim se mostrar conveniente. (SARAMAGO, 2004, p. 86)

De fato, há uma concepção hobbesiana na fala do “primeiro-ministro”, pois entende que a cidade sem governo irá decair em violências, no caos. Tal ideia pode ser associada ao pensamento político de Thomas Hobbes, em especial ao seu hipotético estado de natureza, no qual inexistem poder político, leis e Estado e, diante dessas ausências, a violência impera. Segundo Hobbes (2012, p. 104), “quando não existe um poder comum capaz de manter os homens numa atitude de respeito, temos a condição do que denominamos guerra; uma guerra de todos contra todos”.

Todavia, a reação dos habitantes abandonados pelo governo contradiz a teoria hobbesiana e os anseios do governo, porque reage de maneira solidária, humanitária, pacífica e democrática, auxiliando-se mutuamente nas dificuldades do cotidiano, como o exemplo das mulheres que saem às ruas para limpar as calçadas diante da greve dos lixeiros (organizada, diga-se de passagem, pelo governo). Corroborando o ideal de pacifismo que a cidade sem governo vive:

O presidente da câmara municipal (...) procura agora indícios de desleixo, de abandono, de deterioramento, e, pelo menos à primeira vista, não os encontra. As lojas e os grandes armazéns estão abertos, ainda que não pareça que estejam a fazer negócio por aí além, os automóveis circulam sem mais impedimentos que um ou outro engarrafamento de pouca monta, à porta dos bancos não há filas de clientes inquietos, aquelas que sempre se formam em alturas de crise, tudo parece normal, nem um só roubo de esticção, nem uma só briga de tiros e navalhas, nada que não seja esta tarde luminosa... (SARAMAGO, 2004, p. 118)

Efetivamente, há diversas passagens dessa natureza, nas quais há a exposição do modo autoritário do governo e a reação cidadã da população da capital. Nesse ponto, observemos a possibilidade de estudo da transtextualidade em relação ao diálogo estabelecido pelo texto ficcional com textos políticos, a exemplo de Hobbes e Maquiavel. Entretanto, um estudo minucioso dessa relação ultrapassa de todo o limite que nos propomos neste artigo, de modo que basta-nos mencionar que as ideias desses pensadores políticos perpassam o discurso e as ações dos governantes e encontram a contrapartida nas ações dos cidadãos. É relevante, em nossa avaliação, notarmos que a teoria política moderna, de Hobbes e de Maquiavel, está presente na obra literária, de maneira refratada e desautorizando a validade das mesmas em benefício de uma postura

democrática. Há diversas passagens que aludem a formulação sintética clássica de Maquiavel, como no diálogo entre as personagens “primeiro-ministro” e “ministro do interior”, no qual este justifica a bomba plantada pelo governo que matou vinte e três pessoas “Quem quiser os fins terá de querer os meios, permita-lhe que lho recorde...” (SARAMAGO, 2004, p. 128). Vejamos a definição do pensador italiano:

E há que compreender-se que um príncipe, e máxime um novo príncipe, não poderá observar todas aquelas condições pelas quais os homens são tidos por bons, porquanto frequentemente forçado, conservar-se no poder, terá de agir contra a sua palavra e contra os preceitos da caridade, contra os da humanidade e contra os da religião. Por isso será preciso que ele possua uma natural disposição para transmudar-se segundo exijam os cambiantes ventos da fortuna e das circunstâncias, e, como eu dizia acima, havendo a possibilidade, ele não se aparte do bem, mas que, havendo a necessidade, saiba valer-se do mal. (MAQUIAVEL, 1999, p. 101-102)

De fato, o governo não hesita em lançar mão do “mal” para tentar desestabilizar a cidade que vive em harmonia sem governo, com o intuito de impor-se como absolutamente necessário.

No final do romance / ensaio, o governo demonstra de maneira enfática sua perda de poder ao recorrer à violência extrema contra os cidadãos, afinal, conforme Arendt (1985), o poder repousa sobre uma base de consenso, de apoio popular, ao passo que o uso da violência evidencia a deficiência do poder político. O “comissário de polícia”, que se recusa a forjar provas, e a “mulher do médico” são assassinados por um agente enviado pela classe política, a personagem “homem da gravata azul com pintas brancas”. A cena do assassinato da personagem “mulher do médico” parece-nos de imperiosa necessidade:

A mulher aproxima-se da grade de ferro, põe-lhe as mãos em cima e sente a frescura do metal. Não podemos perguntar-lhe se ouviu os dois tiros sucessivos, jaz morta no chão e o sangue desliza e goteja para a varanda de baixo. O cão veio a correr lá de dentro, fareja e lambe a cara da dona, depois estica o pescoço para o alto e solta um uivo arripiante que outro tiro imediatamente corta. Então um cego perguntou, Ouviste alguma coisa, Três tiros, respondeu o outro, Mas havia também um cão aos uivos, Já se calou, deve ter sido o terceiro tiro, Ainda bem, detesto ouvir os cães a uivar. (SARAMAGO, 2004, p. 325)

A riqueza de possibilidades de explicação analítica deste final, sobretudo em seu caráter alegórico, deve ser assinalada. Em uma primeira aproximação de razoável elucidação, precisamos chamar a atenção para a relação com a epígrafe do romance / ensaio: “*Uivemos, disse o cão. Livro das Vozes*”. Em articulação com a narrativa, o

Revista Crioula USP – No. 16 – Dezembro de 2015.

vocábulo *uivemos* pode ser associado ao *agir* de três modos diferentes: a ação do homem de práxis social, no caso, os habitantes que agiram ao votarem em branco; a ação do comissário de polícia, que age negando-se a forjar provas; e a ação da mulher do médico, que agira no passado da cegueira branca. Em segundo lugar, o diálogo dos cegos revela uma postura de passividade, de não concordância com o uivo, com a ação. E a escolha de um diálogo justamente entre cegos não é fortuita, podendo ser indicativa de que há, diante do homem, dois caminhos: uivar, agir (porque vê) ou calar, consentir (porque cego). Em um terceiro momento, ressalta-se a coerência do movimento dialético também na relação entre a epígrafe e o diálogo final dos cegos. À proposição de uivo, de ação coletiva da epígrafe (a), contrapõe-se a (b) passividade e o desejo de não uivo, de não ação dos cegos. O resultado sintético – em conformidade com a estrutura formal e o conteúdo da narrativa, arquitetados em uma dialética constante e incerta, indeterminada entre governantes e governados – também se revela neste ponto, afinal o (ab) não é especificado, permanecendo a dúvida, a incerteza. Desse modo, a arquitetura do romance / ensaio, é totalmente construída pelo princípio estético do movimento dialético, o qual pode informar sobre a perspectiva política do autor, neste caso, a valorização da democracia. Esta, por sua vez, é concebida em sua construção assentada antes no dissenso, que entrevê o movimento, do que no consenso cego, e, portanto, imóvel. Segundo Bourneuf e Ouellet (1976), “A concordância entre o início e o final aparece como uma prova de coerência na construção da narrativa e também como um meio privilegiado, para o romancista, de exprimir o seu pensamento, até a sua visão do mundo.”.

Finalizando nosso dialogo com o objeto, podemos aventar que o desfecho narrativo, se considerada a forma dialética da tessitura do texto literário, não aponta, necessariamente, para uma imposição vitoriosa da postura antidemocrática dos governantes, como poderia se supor. Tampouco são razoáveis as interpretações críticas que enfatizam o pessimismo como tom da narrativa⁶. Em nosso entendimento, a narrativa nos fornece suporte para que pensemos no aspecto inconcluso (indeterminado) da dialética “governantes” *versus* “governados”, instalada ao longo de toda a obra. Assim, a estrutura formal de movimento dialético da narrativa pode ser considerada como o princípio de composição estético, que viabiliza a realização de um princípio

⁶ Diversos estudos recentes sobre a obra de José Saramago, aqui delimitada ao *Ensaio sobre a lucidez*, com idiossincráticos méritos, concluem pela afirmação de um tom pessimista da ficção, sobremodo em relação ao explicit da obra, a exemplo de Röhring (2011), Figueiredo (2010), Lima (2008), Conrado (2006) e Silva (2006).

político de proposição democrática. A narrativa dialoga dialeticamente com o contexto material, pois reflete e refrata conceitos e constituições políticas do mundo atual, ainda que instale um posicionamento axiológico de crítica social à substância da representação, ao conteúdo da democracia no interior do plano narrativo e, em retorno, ao mundo concreto da vida cotidiana. Tal movimento incita o leitor à ação de reflexão crítica e de *práxis* transformadora. A crítica presente no universo ficcional, como tentamos elucidar sumariamente, não recai na democracia enquanto regras formais, mas sim na classe política, no homem desprovido de ética nos cargos de representação do sistema democrático e na consequente inexistência de uma democracia substantiva. É verdade que uma análise célere julgará que o texto é essencialmente uma crítica à democracia, mas, de acordo com nossa análise literária, em conexão com os conceitos da história e da ciência política, pensamos na dirimida razoabilidade de tal apreciação. O próprio José Saramago, em um de seus pronunciamentos como cidadão, afirma que “A democracia não pode se limitar à simples substituição de um governo por outro. Temos uma democracia formal, mas precisamos de uma democracia substancial”. (SARAMAGO, 2010, p. 388). Esse parece-nos o cerne da questão, percebida pelo autor na sua vivência material e transposta de forma estética para a obra artística.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução: Iraci Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução de Michel Laud et al. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURNEUF, Roland; OULLET, Réal. R. *O universo do romance*. Tradução de José Pereira. Coimbra: Almedina, 1976.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. 11.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestos. A literatura de segunda mão*. Trad. Cibele Braga et alii. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

ARENDT, Hannah. *Da violência*. Tradução: Maria Drummond. Brasília: UNB, 1985.

CONRADO, Iris Selene. *O ser humano e a sociedade em Saramago: um estudo sociocultural das obras Ensaio sobre a cegueira e Ensaio sobre a lucidez*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

FIGUEIREDO, Poliana Ganan de Brites. *O discurso do poder e poder dos discursos em Ensaio sobre a lucidez e As intermitências da morte de José Saramago*. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução: Rosina D'Angina. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Deize Esmeralda Cavalcante Nunes. *Cegueira e Lucidez: os ensaios de Saramago*. Dissertação (Mestrado em Literatura). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

MEDVIÉDEV, Pavel. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução de Sheila Camargo e Ekaterina Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. As artemages de Saramago. In: *Biblioteca Folha*. Dez / 1998. Disponível em: <http://biblioteca.folha.com.br/1/04/1998120602.html>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

REMAK, Henry H. H. Literatura Comparada: definição e função. IN: COUTINHO, E.F. & CARVALHAL, T.F. *Literatura Comparada: textos fundadores*. Tradução de Monique Balbuena. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RÖHRING, Maiquel. *Alegorias do mundo em Saramago*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

SEIXO, Maria Alzira. *Lugares da ficção em José Saramago*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1999.

SILVA, Flávia Belo Rodrigues da. *Entre a cegueira e a lucidez: a tentativa de resgate da essência humana nos "Ensaio" de José Saramago*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.